
O que pedem os agricultores e o que podem os governos: mendigar dependência ou proporcionar emancipação?

Polan Lacki

Nos países da América Latina existe um evidente e crescente desequilíbrio entre: a) as múltiplas e urgentes necessidades de milhões de agricultores (os quais, com todo o direito, exigem terra suficiente, irrigação, maquinária, insumos modernos, crédito, preços mínimos, subsídios etc.); b) as *decrecentes* possibilidades dos debilitados, deficitários e endividados governos em satisfazê-las.

Como se isto fosse pouco, os escassos recursos que os governos destinam ao setor agropecuário tornam-se *ainda mais* insuficientes porque são destinados de maneira contraproducente, a alimentar burocracias improdutivas e a “dar o peixe várias vezes ao invés de ensinar a pescá-lo uma única vez”. Este pseudo paternalismo contribui a *perpetuar* a dependência que os agricultores têm do Estado e, desta forma, a agudizar ainda mais o referido desequilíbrio.

Os governos não querem ou não podem?

Devido a este crescente desequilíbrio entre “o que pedem os agricultores e o que podem os governos”, continuar formulando esgotadas propostas paternalistas —por melhores que sejam as intenções de quem o faça— é uma atitude que causa mais malefício que benefício aos agricultores. Tais propostas desorientam os produtores, estimulam a passividade e, na verdade, os enganam, ao sugerir-lhes que continuem esperando por recursos e decisões que os governos, mesmo que quisessem, não poderiam proporcionar-lhes. Este desequilíbrio é tão evidente que os “remédios” convencionais perderam a sua eficácia e vigência. O modelo chegou a tal grau de esgotamento que já não é possível recuperá-lo; simplesmente faz-se necessário substituí-lo por uma estratégia educativo-emancipadora.

Com tal fim os governos, conscientes de que “não estão em condições de fazer tudo por todos os agricultores sempre”, inexoravelmente terão que assumir um papel *essencialmente* emancipador de dependências. Para tanto, deverão

delegar aos *próprios agricultores* a solução dos seus principais problemas, ao invés de fomentar a nova ilusão de que o mercado e as cadeias agroalimentares (*agribusiness*) o farão pelos agricultores; porque o mercado e o *agribusiness* estão preocupados em resolver os seus próprios problemas e não necessariamente os dos produtores rurais.

Para preparar esta progressiva emancipação, os governos deverão promover medidas simplificadas de organização empresarial dos agricultores e proporcionar-lhes os conhecimentos mínimos necessários para que verdadeiramente *queiram, saibam e possam*: a) assumir, de maneira gradual, atitudes e papéis mais protagônicos na eficiente solução dos seus próprios problemas; b) incrementar a baixíssima produtividade/rendimento de todos os fatores de produção que eles *já* possuem, com o elementar propósito de que *cada unidade* de mão-de-obra, terra, insumo, crédito, animal ou trator –pelos simples fato de que é escassa, cara ou insuficiente– produza com mais eficiência uma *maior quantidade* de grãos, tubérculos, frutas, hortaliças, forragem, carne, lã ou leite e especialmente de renda.

Em outras palavras, o Estado moderno deverá proporcionar aos agricultores as *competências* para que eles possam “produzir mais e melhor com menos recursos, com menos auxílio do Estado e com menos vulnerabilidade aos fornecedores de insumos e aos compradores das suas colheitas”.

Primeiro o possível, depois o desejável

Com este propósito emancipador, os governos deveriam estabelecer, pragmática e realisticamente, duas grandes prioridades estratégicas.

1a. Prioridade. No curto prazo, formar, capacitar ou recapacitar agentes de assistência técnica e extensão rural (ATER), a fim de que tenham maior capacidade de contribuir para uma rápida correção das ineficiências tecnológicas, gerenciais e organizacionais que ocorrem nas distintas etapas do negócio agrícola – porque é necessário que tenhamos a honestidade e a humildade profissional de reconhecer – são as distorções lá existentes (e não tanto a falta de políticas, leis, créditos e subsídios) as principais causas da falta de rentabilidade na agricultura. No entanto, a formação e capacitação deste novo agente de ATER não poderá continuar sendo teórica, urbana nem desvinculada dos problemas reais e concretos que os agricultores enfrentam na sua vida cotidiana. Será necessário realizar esta formação diretamente no campo e de

maneira mais prática, de modo que, seguindo o método de aprender a produzir *produzindo*, adquira a engenhosidade e a competência para formular e executar soluções pragmáticas que sejam compatíveis com as circunstâncias dos países da América Latina real. E o que caracteriza a estes países reais?

Seus governos estão debilitados e empobrecidos com mínimas possibilidades de subsidiar e de financiar a modernização do setor agropecuário pela via convencional.

Os seus agricultores estão endividados que não têm acesso ao crédito para aliviar as suas severas restrições produtivas, e produzem com baixíssimos rendimentos e estão expostos a uma permanente extração de renda que lhes é imposta por vários segmentos do *agribusiness*, quando lhes compram os insumos ou quando lhes vendem a sua produção.

Este novo extensionista dotado de sólidas e vivenciadas aptidões técnico-empresariais terá que ser capaz de inventar soluções aos problemas dos agricultores “do jeito que eles são e com os recursos que eles realmente possuem”. Terá que ser capaz de ensinar às famílias rurais a ganhar dinheiro, através do caminho que, no contexto da globalização, é o *único possível*, ou seja, comprando, produzindo, administrando, investindo, transformando e comercializando com maior eficiência tecnológica, gerencial e organizacional. Fora desta via realista nenhum artificialismo—seja político, tarifário, creditício, tributário ou cambial— será capaz de tornar os agricultores economicamente viáveis.

Frente a um Estado que, mesmo que não o diga, envia-nos claríssimos sinais de que não vai financiar, nem adotar medidas de proteção à agricultura, o bom senso e o realismo nos impõem, como um requisito *absolutamente imprescindível*, promover um grande fortalecimento e melhoramento da assistência técnica e da extensão rural. A ATER tem que ser capaz de profissionalizar os agricultores e de organizar as suas comunidades — já não com o arcaico propósito de fazer proselitismo político, mas sim com o claro e explícito objetivo de que tais associações prestem serviços e solucionem aqueles problemas que, por razões de escala, os produtores não podem e não devem enfrentar de forma individual.

A extensão rural, que historicamente nos ofereceu extraordinários exemplos de mística e de competência profissional, necessita melhorar ainda mais a sua produtividade, a sua eficácia e a sua capacidade de obter *resultados* e de *solucionar* problemas. Deverá ser capaz de mudar as aptidões e as

atitudes dos agricultores, transformando cada família em *protagonista* de um autodesenvolvimento *progressivo*. Esta gradualidade deverá permitir-lhe que os recursos necessários para tecnificar a agricultura sejam gerados no interior das próprias propriedades.

Em virtude da escassez e do alto custo do crédito rural, o desenvolvimento deverá estar sustentado principalmente na *correta* aplicação de soluções que sejam *compatíveis* com os recursos já existentes nas propriedades e não com os inexistentes, que os mistificados ou ingênuos continuam dizendo aos agricultores que estão disponíveis nos cofres dos governos. Este é o novo agente de ATER, público e privado, que os agricultores têm o pleno direito de exigir e que as universidades e as escolas agrotécnicas têm a *obrigação* de formar.

2ª Prioridade: A médio prazo, fazer uma profunda “revolução educativa” nas escolas fundamentais (1º ao 8º ano) existentes nas *zonas rurais*, incluindo em seus currículos temas úteis e práticos sobre produção agrícola, organização comunitária, associativismo, administração rural, educação familiar etc.

Os seus conteúdos educativos deverão responder às necessidades de vida e de trabalho imperantes *no campo* e não mais continuar entediando as crianças com a memorização de datas e nomes que não lhes interessam, com a história do Império Romano e dos Faraós do Egito, ou com outros temas longínquos, abstratos e totalmente divorciados dos problemas cotidianos que eles vivem e sofrem nos seus lares, propriedades e comunidades rurais; problemas que eles não podem e não poderão solucionar, entre outros motivos, porque a escola não ensinou a fazê-lo, nem a eles nem aos seus pais. A sociedade rural, ao invés de *mendigar* subsídios, deve *exigir* do governo que as referidas escolas rurais contribuam para desenvolver as enormes potencialidades latentes das crianças, elevar a sua autoconfiança, dar-lhes uma sólida formação valórica, estimular o seu desejo de superação e proporcionar-lhes conhecimentos *úteis* que eles possam *aplicar* na solução dos seus próprios problemas.

Essas duas medidas, de um enorme e duradouro efeito transformador, contribuiriam a emancipar os agricultores da dependência do pernicioso e retórico paternalismo do Estado, em vez de perpetuá-la. Em virtude da sua simplicidade e menor custo relativo, qualquer governo poderia adotá-las.

Formar reivindicadores de soluções ou solucionadores de problemas?

Os créditos e os subsídios, por mais desejáveis ou desejados que sejam, são perpetuadores de dependências porque é necessário concedê-los hoje,

amanhã e depois de amanhã; e é por este motivo adicional que são insuficientes e excludentes. Em sentido contrário, o efeito de uma educação instrumental que forme cidadãos capazes de solucionar os seus próprios problemas de forma mais autônoma se perpetua no tempo não sendo preciso repeti-la às mesmas pessoas todos os anos. Os primeiros são uma *despesa* reiterativa que *pereniza uma dependência* que o Estado não tem capacidade de sustentar durante muito tempo e a segunda (educação) é um investimento que se faz uma única vez e que *constrói a emancipação*. Diante destas evidências, não há necessidade de continuar promovendo longas discussões, porque a segunda opção se impõe por si mesma. A agricultura latino-americana está necessitando e exigindo um imediato e estratégico investimento no recurso humano rural, através de uma educação formal e não-formal de excelente qualidade. Numa primeira etapa, talvez não necessariamente com mais educação e mais investimentos em edifícios e computadores, mas sim com melhor educação, com conteúdos mais úteis, práticos e pertinentes, que os egressos possam utilizar na solução dos seus problemas cotidianos.

Graças a esta educação emancipadora, um *menor* número de agricultores necessitará solicitar ao Estado uma *menor* variedade e quantidade de fatores de produção e o fará cada vez com *menor* frequência. Uma educação que ajude as pessoas a solucionarem elas mesmas os seus problemas. É a única alternativa realista para reduzir o desequilíbrio mencionado no início deste artigo. Esta opção permite que o Estado deixe de alimentar frondosas burocracias que beneficiam alguns e utilize estes recursos para cumprir com a sua obrigação de oferecer uma educação construtiva, útil e emancipadora para todos.

Definitivamente, a *necessária* profissionalização dos agricultores requer uma *imprescindível* revolução na qualidade, na utilidade e aplicabilidade dos conteúdos educativos. Os "tratoraços e caminhonaços" que os agricultores fizeram em frente ao Congresso Nacional, Ministério da Fazenda e ao Banco Central no Brasil não produziram e dificilmente produzirão resultados. Os agricultores deverão buscar as soluções nos Ministérios de Agricultura e de Educação e nas respectivas secretarias estaduais e municipais. É lá que as lideranças rurais deverão exigir a formação e capacitação de extensionistas e de agricultores adequados aos desafios da globalização, os quais, graças a sua maior autoconfiança pessoal e auto-suficiência técnica, sejam mais *solucionadores de problemas que reivindicadores de soluções*.

Em resumo, por mais justo e legítimo que seja tudo o que atualmente *pedem* os agricultores, eles terão muito mais êxito se concentrarem as suas reivindicações naquilo que *podem e devem* fazer os governos.

Polan Lacki / FAO - Santiago do Chile.

Estudos Sociedade e Agricultura, 14, outubro 1999: 181-186.